

Plenário aprova identificação do dinheiro para deficientes visuais

Todas as cédulas, segundo a proposta, deverão conter marcas de discriminação tátil, conforme normas a serem definidas pelo Banco Central



As cédulas de dinheiro deverão conter marcas de identificação tátil que permitam sua discriminação por pessoas com deficiência visual. É o que determina projeto aprovado ontem pelo plenário do Senado. A proposta, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), será submetida a uma votação suplementar e depois irá à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

Plenário deve apreciar na sessão de hoje a transformação da falsificação de remédios em crime hediondo

Senado deve votar hoje mais rigor com falsificação de remédios

Projeto aprovado ontem pela Câmara dos Deputados, que transforma em crime hediondo a falsificação de medicamentos, deve ser incluído na pauta da sessão deliberativa de hoje do Senado.

PÁGINA 3

Antonio Carlos e Malan encerram encontro



Malan, Antônio Carlos e Suplicy encerraram o encontro, que durante dois dias avaliou as várias experiências sobre renda mínima em execução no Brasil e no mundo

A adoção de programas de renda mínima "vem se tornando uma unanimidade nacional". Foi o que disse ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao participar, junto com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, da Conferência Internacional sobre Renda Mínima.

O encontro reuniu, durante



dois dias, autoridades e técnicos do Brasil e de outros países para discutir experiências realizadas nessa área.

Ainda ontem, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou que será favorável ao seu parecer, na Comissão de Assuntos Econômicos, ao projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que aperfeiçoa a proposta de renda mínima do governo federal.

PÁGINA 8

CCJ

Projeto amplia Justiça do Trabalho em São Paulo

PÁGINA 6

Braile

A primeira edição da Constituição brasileira em braille, com 500 exemplares, foi lançada ontem pelo primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima

PÁGINA 2



Monografias

Vencedores do Cruz e Sousa recebem prêmios

PÁGINA 3

Constituição abre série sobre leis em braile

Com tiragem inicial de 500 exemplares, publicação será distribuída gratuitamente para universidades e entidades de deficientes visuais

Com uma tiragem inicial de 500 exemplares para distribuição gratuita a universidades e entidades de deficientes visuais de todo o país, a Secretaria de Editoração e Publicações do Senado lançou ontem a primeira edição da Constituição brasileira em braile. Ao presidir a solenidade, o primeiro-secretário da Casa, senador Ronaldo Cunha Lima, apontou a iniciativa como um



O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, no momento em que ele recebeu exemplar da primeira edição da Constituição brasileira em braile

"passo importante do Senado para contribuir para o resgate dos direitos da cidadania dos deficientes visuais brasileiros".

O coordenador do Serviço de Publicações em Braile do Senado, Paulo Brandão, informou que mais de 200 entidades de deficientes visuais de todo o país já se cadastraram para receber todas as publicações da série de leis em braile, que começou com

a edição de exemplares da Constituição. Na sequência, acrescentou, serão editados o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Senado também está aberto a sugestões da comunidade para outras publicações, destacou Brandão.

A Coordenação de Relações Públicas do Senado, por outro lado, engajou-se no esforço para difun-

dir os textos legais em braile, com a franquia do serviço gratuito de telefone da Casa (0800-61.2211) para receber consultas e novas adesões de entidades de deficientes visuais. O Serviço de Publicações em Braile conta ainda com um e-mail próprio, igualmente disponível para fazer novos cadastramentos e receber sugestões de futuros títulos a editar (braile@senado.gov.br).

Suassuna preside comissão da seca

Na reunião de instalação da Comissão Temporária sobre a Seca do Nordeste, ontem de manhã, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Djalma Falcão (PMDB-AL) foram eleitos presidente e vice, respectivamente, e designado relator o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

A comissão tem por obrigação acompanhar todo o fenômeno da seca que assola a região, recolher informações e fiscalizar as medidas emergenciais que o governo vem implantando para ajudar os flagelados do Nordeste.

CRE aprova exercícios militares conjuntos

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou, no início da noite de ontem, mensagem do Executivo solicitando autorização para que o Exército brasileiro participe, em conjunto com os exércitos argentino, uruguaio e paraguaio, de exercícios combinados de Forças de Paz no exterior. As tropas do Exército deverão iniciar as operações nos próximos 15 dias, de acordo com informações da CRE.

A reunião foi presidida pelo senador Lúcio Coelho (PSDB-MS).

Senado congratula Roseana Sarney

O plenário aprovou ontem requerimento, apresentado pelos senadores Edison Lóbio (PFL-MA) e Bello Parga (PFL-MA), congratulando a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, pelo restabelecimento de sua saúde e seu retorno à atividade política e administrativa, depois de submetida a uma cirurgia.

Depois de aprovado o documento, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, se associou ao cumprimento, destacando que Roseana Sarney "tem se firmado como administradora competente, política hábil e de grande espírito público".

Nome de Tom Jobim será acrescentado ao aeroporto do Rio, decide comissão

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem substitutivo do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) a projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) que acrescenta a expressão "Maestro Antônio Carlos Jobim" ao nome do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão. A matéria será encaminhada agora para votação em plenário.

O projeto original pretendia substituir a denominação atual do aeroporto por "Aeroporto Internacional Tom Jobim". No substitutivo que apresentou, entretanto, Gilberto Miranda afirmou que o projeto acarretaria despesas, em decorrência da alteração de códigos, cadastros, sistemas de informações, cartas aeronáuticas e bancos de dados em geral:

— Para economizar custos, a solução foi chamar o aeroporto de Aeroporto Internacional do Rio de

Janeiro/Galeão Maestro Antônio Carlos Jobim. Assim não será preciso mudar as cartas de aviação, o que traria custos para o governo, e faz-se a homenagem ao maestro — explicou o senador, durante a reunião da CAE.

Miranda elogiou a iniciativa de Júlio Campos, afirmando que nada mais acertado do que atribuir ao aeroporto o nome de quem tão poeticamente o divulgou:

— Sobretudo, é especialmente feliz a idéia de emprestar o nome de Tom Jobim ao aeroporto do Rio, cidade que se caracteriza por suas paisagens grandiosas e por uma gente que faz da liberdade um estilo de vida; cidade que lhe serviu de berço e que ele tão bem representou no país e no exterior. O povo brasileiro, e especialmente o carioca, terá, enfim, a oportunidade de prestar a justa homenagem à sua memória — concluiu Miranda.

CAE aprova programação monetária para o trimestre

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Vilson Kleintübing (PFL-SC) favorável à aprovação da programação monetária relativa ao terceiro trimestre deste ano, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e análise da evolução da economia nacional prevista para o período.

Em seu parecer, o senador observou que as metas fixadas continuam centradas no objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, levando em consideração o crescimento econômico do país, mas sem comprometer a estabilização dos preços. Kleintübing lembrou que as autoridades monetárias operam instrumentos de política econômica condicionados a variáveis internas e externas, e "co-

nhecem bem as conexões em uma economia aberta e moderna". Para o senador, as autoridades monetárias "demonstraram responsabilidade na programação enviada ao Congresso".

Outro parecer aprovado refere-se ao projeto de lei do deputado Murilo Pinheiro que determina a uniformização do preço de comercialização de todos os tipos de asfalto nas sedes dos municípios da Amazônia Legal.

O relator do projeto, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), lembrou que a medida difere da política adotada no país com relação a preços: "Mas, diante do impacto reduzido que deverá ter sobre os preços no país e dos benefícios a serem auferidos pelos municípios da Amazônia Legal, acredito que o projeto é oportuno", afirmou.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Jônia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes do Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho
Joel da Hollanda - Marluza Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral do Mesa: Raimundo Carneiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalma Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuz Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aurliana e Miquelas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Antônio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Alcântara defende manutenção de atual lei de transplantes

Medidas adotadas pelo governo para estimular a doação de órgãos são clogiadas pelo senador, que pede tempo para a lei mostrar resultados

Depois de enumerar em plenário as diversas providências tomadas pelo ministro da Saúde, José Serra, para estimular a realização de transplantes de órgãos, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem que não se modifique agora a lei que disciplinou esse procedimento no Brasil. "Faço questão de realçar essas providências porque não digo o mesmo quanto a modificar a lei", frisou o parlamentar.

Ele explicou que nenhuma equipe médica faz transplantes no Brasil sem antes consultar as famílias, argumentando ainda que não faz sentido alterar uma lei que está apenas há sete meses em vigor. O senador sustentou que o número de transplantes não caiu, mas aumentou, e apontou dados publicados pela revista *Época* comparando os números de 1997 e 1998. Lembrando que, na Espanha, houve uma queda no número de transplantes quando da aprovação da lei, ele também observou que, com o tempo, aquele país tornou-se o recordista no número de transplantes em todo o mundo.

"Precisa-se de tempo para sentir

os efeitos da lei", analisou o senador, questionando dados segundo os quais o Brasil passou a registrar mais recusas na opção pela doação voluntária. "O número de recusas aumentou em relação a quê?", perguntou ele, lembrando que, antes da lei, o brasileiro não era indagado sobre doação de órgãos quando ia requerer a carteira de identidade. Em sua opinião, as afirmações de que há redução de doações "são precipitadas e não contribuem para aumentar os transplantes".

Alcântara lembrou que o ministro da Saúde lançou recentemente a Central Nacional de Transplantes, reunindo informações sobre pacientes que esperam órgãos em todo o país. Junto com essa central, o ministro anunciou que lançará uma ampla campanha para incentivar as doações. Também assinou portaria regulamentando o funcionamento do Sistema Nacional de Transplantes e definindo a estrutura, nos estados, das centrais de transplantes, notificação, captação e distribuição de órgãos.



Alcântara questiona afirmações "precipitadas"

Lúcio Alcântara também informou que o acompanhamento dos transplantados, um dos maiores problemas até agora, foi contemplado com uma remuneração específica, possibilitando melhor qualidade no atendimento e um resultado positivo de sobrevivência. Ele lembrou ainda que o ministro da Saúde criou uma Câmara de Compensação de Alta Complexidade Hospitalar, a qual permitirá que pacientes de um estado sejam atendidos noutro, sem que os custos saiam do teto financeiro do local onde a pessoa foi tratada.

Lobão cobra maior fiscalização sobre investimentos estrangeiros

O Brasil "continua despreparado para enfrentar a 'fúria invasiva' do capital externo e das multinacionais", disse ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA). Para ele, à semelhança dos países mais desenvolvidos, é preciso ter "órgãos fiscalizadores destinados especificamente a essas tarefas de controle do dinheiro que ingressa em nosso país".

O senador destacou uma série de notícias sobre comportamento abusivo por parte das montadoras de veículos multinacionais, como a Asia Motors, a Ford e a BMW. Em relação à Ford, ele salientou que, vencido o prazo constitucional, o Ministério da Indústria e do Comércio ainda não lhe encaminhou resposta a requerimento de informações. Lobão quer saber se, conforme noticiado, a Ford descumpriu as regras do regime automotivo ao importar 30 mil veículos em 1997. Além disso, perguntou ao ministro se a Ford e outras montadoras obrigam os revendedores a utili-



Lobão quer país preparado para enfrentar "fúria invasiva" de multinacionais

zar carretas de sua escolha, a um custo bastante superior ao do mercado.

Na opinião do senador, os capitais estrangeiros são bem-vindos, mas o Brasil "não pode ter suas portas encançadas para o capital externo especulativo". A adoção de instrumentos legais rigorosos e a criação de órgãos fiscalizadores são necessárias, a seu ver, para resguardar o país contra os abusos, a concentração econômica e a desnacionalização com-

pleta do parque industrial brasileiro.

— E os demais segmentos onde atuam as multinacionais? Continuarão livres, processando negociações e prepotências como se estivessem na "casa da mãe Joana"? — questionou.

Edison Lobão comentou estudo realizado pelo economista Maurício Mesquita Moreira, gerente do Departamento Econômico do BNDES, que analisou o aumento da participação do capital estrangeiro nas últimas três décadas, em vários setores da economia, e demonstrou que "a concentração aumentou mais justamente nos setores em que a presença de capital estrangeiro cresceu mais".

— A desnacionalização do nosso parque industrial parece óbvia, e perigosa a constatação de que a tendência desnacionalizante é de difícil reversão — acrescentou.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que as informações trazidas à luz por Lobão serão importantes para a oposição.

Benedita apresenta projeto de telefonia especial para surdos

"Imagine viver sem poder utilizar o telefone para marcar um horário no médico, chamar a polícia, pedir uma pizza, ou, simplesmente, conversar com alguém distante?", disse a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ontem ao plenário, quando apresentava seu projeto de telefonia especial para surdos.

A proposta da senadora possibilita a comunicação dos deficientes auditivos, que não têm acesso a aparelhos dispostos de um teclado, um visor e um sinal luminoso, substituindo a campainha. Para que o sistema funcione, é necessário que as empresas de telecomunicação instalem uma central de intermediação de ligações porque os telefones especiais só poderiam se comunicar uns com os outros. Através dessa central, os surdos teriam acesso a todos os usuários de telefones, especiais ou não.

É necessário, ainda, dotar as listas telefônicas de uma identificação específica para aparelhos destina-

dos aos deficientes auditivos. Assim, as pessoas saberiam quando o telefone a ser chamado é especial e solicitariam a ajuda da central. "As tarifas cobradas aos usuários desse sistema precisariam ser mais baratas", defende a senadora, "porque o tempo necessário para digitar uma mensagem é bem superior ao utilizado por quem pode falar".

Além dessas medidas, a senadora mencionou a dificuldade hoje existente para se ter acesso a um telefone assim, pela escassez de oferta no mercado. "Algumas pessoas importam modelos, mas ficam sem assistência técnica e, às vezes, esses modelos não são compatíveis com a telefonia brasileira", informou.

O senador Leonel Paiva (PFL-DF), em aparte, concordou com a senadora e disse que o projeto "trata o deficiente como um cidadão, cuja dificuldade deve ser respeitada pela sociedade, e não o vê como coitadinho".

Benedita da Silva agradeceu a colaboração da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos de Surdos na elaboração do projeto.

aumento no Fundo de Participação dos Municípios dos atuais 22% para 33%

O QUE OS PREFEITOS QUEREM

30 anos de prazo com juros de 6% ao ano para o refinanciamento de sua dívida pública

repasse integral das receitas de IPVA

Júnia pede refinanciamento de dívida pública municipal

"Muitas prefeituras estão falidas porque sua arrecadação mal cobre a folha salarial", afirmou ontem a senadora Júnia Marise (PDT-MG). Ela ressaltou que os prefeitos reivindicam facilidades para o refinanciamento de sua dívida pública, aumento da fatia no Fundo de Participação dos Municípios dos atuais 22% dos impostos federais para 33%, bem como o repasse integral das receitas de IPVA. A Frente de Prefeitos está reunida hoje, em Brasília.

Para Júnia, é justo que o governo federal estenda aos municípios os mesmos parâmetros concedidos aos estados para a rolagem de sua dívida: 30 anos de prazo com juros de 6% ao ano. "Uma comissão desses prefeitos,

reunidos em Brasília, sob a liderança do prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, reivindicará ao presidente Fernando Henrique Cardoso o compromisso de enviar ao Congresso uma reforma tributária que contemple as necessidades municipais."

A senadora por Minas Gerais argumentou que os municípios arcam com o atendimento de saúde, educação e segurança pública da população, sem formas compensatórias de recursos. "Por isso, estão em dificuldades e muitas prefeituras já se encontram em situação falimentar. A Lei Kandir e a nova fórmula de arrecadação do ICMS prejudicaram bastante os municípios, que nada receberam em troca até hoje", concluiu.

Simon aponta estímulo à agricultura e à habitação como saídas para o desemprego

Ao assumir a presidência de comissão temporária criada para analisar o tema, o senador propôs ainda a concessão de financiamentos especiais a microindústrias

Investir na agricultura familiar por meio da sua mecanização e de financiamentos especiais; criar mutirões com a participação dos estados, prefeituras e cooperativas de trabalhadores para a construção de casas populares em nível nacional e introduzir estímulos via financiamentos especiais para microindústrias são as três principais medidas propostas ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) para o combate ao desemprego e ao subemprego no país.

Simon é o autor do requerimento para a criação da Comissão Temporária sobre o Desemprego e, ontem, durante a reunião de instalação, ele foi escolhido para presidir-la. O senador Djalma Bessa (PFL-BA) será o relator e Osmar Dias (PSDB-PR) o vice-presidente. Hoje será realizada reunião informal a partir das 9h, no



Simon foi o autor do requerimento de criação da comissão destinada a buscar alternativas para reduzir o nível de desemprego no país

gabinete de Simon, para a definição de uma pauta de trabalho para a comissão, que é integrada por 20 senadores, sendo dez titulares e dez suplentes.

Entre as propostas discutidas pelos senadores, inclui-se a realização de audiências públicas, que poderão ser feitas em Brasília ou em outras cidades. Nessas oportunidades — conforme sugeriu o autor da ideia,

senador Osmar Dias — serão ouvidos os setores mais diretamente envolvidos com o problema do desemprego e do subemprego, como universidades, instituições representativas dos empregados e empregadores, além do poder público. Coube ao senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defender uma ampla reforma da legislação trabalhista para o empregado rural. "Não é possível", disse, "que a

mesma legislação sirva para trabalhadores da Volks e da GM, no ABC paulista e para empregados rurais em fazendas no interior do Nordeste."

As perspectivas do mercado de trabalho brasileiro "não são nada favoráveis", sendo fácil entender porque todas as recentes pesquisas de opinião apontam o desemprego como a principal preocupação da população, entende Simon. No entanto, para ele, ainda que o desemprego conjuntural se mostre "drástico no atual contexto, ainda poderá arrefecer, dependendo de medidas de curto prazo".

Através da dinamização da agricultura, Simon espera que o êxodo rural, principal revel pelo crescimento desordenado das grandes cidades, seja controlado, a produção agrícola cresça expressivamente e também sejam criados milhares de novos empregos.



José Saad pediu "condições suportáveis" para o pagamento de parcelas atrasadas

José Saad pede renegociação de dívidas com FCO

O senador José Saad (PMDB-GO) solicitou ontem ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) a revisão das condições de financiamento aos produtores rurais da região. Ao Banco do Brasil, que administra os financiamentos do FCO, e às autoridades federais responsáveis pela política agrícola nacional, ele pediu mais sensibilidade, "renegociando com os produtores as parcelas atrasadas da dívida em condições suportáveis".

Saad lembrou que os fundos constitucionais foram criados pelos constituintes, em 1988, com a finalidade de financiar o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de modo a enfrentar o problema das desigualdades regionais.

No entanto, apesar de as condições de financiamento serem melhores que as oferecidas pelo sistema financeiro, o FCO empresta seus recursos a projetos econômicos no Centro-Oeste à base da Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) mais 6% ao ano, condições que "assemelham-se bastante àquelas oferecidas pelo BNDEx a grandes empresários paulistas", disse.

LEY DIAZ ANUNCIA MP

Em aparte a pronúncia do senador José Saad (PMDB-GO), o senador Ley Díaz (PPB-MS) anunciou que, "nas próximas horas, o presidente Fernando Henrique Cardoso vai editar medida provisória resolvendo de vez o problema das dívidas dos agricultores do Centro-Oeste com o FCO".

Com uma cópia da MP em mãos, Ley Díaz informou que, através dela, o governo federal estabelece a correção das dívidas agrícolas acumuladas com o FCO desde julho de 1994. Num anexo, a MP trará as condições de reculso das dívidas, "colocando-as em condições de pagamento", acrescentou.

Emília critica medidas anunciadas pelo governo

"O governo se aproveita do desespero das pessoas para eliminar direitos trabalhistas", afirmou a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), ao criticar o pacote do governo contra o desemprego que inclui propostas de criação de jornada especial de trabalho e demissão temporária, prevendo ainda a eliminação da unicidade sindical e o fim da Contribuição Sindical.

man, segundo o qual nos anos 90 foram abertos, atualmente, 951,4 mil postos de trabalho, quantidade insuficiente para atender o ingresso de 1,4 milhão de pessoas ativas a cada ano, gerando um aumento médio do desemprego de 465,7 mil pessoas, ao ano, no período.

Para Emília, o governo FHC já deu provas de que seu compromisso é com a especulação financeira e não com a produção. "O que esperar de um governo que, diante da existência de mais de 5 milhões de desempregados, apresenta à sociedade uma proposta para autorizar a criação empregos de até uma hora por dia, com salário mensal de R\$ 16,00?", perguntou.

Ao concluir, Emília Fernandes afirmou que "somente uma nova política econômica, com efetiva redução das taxas de juros, definição clara de políticas industrial e agrícola, fortalecimento da agropecuária, investimentos em obras públicas, políticas eficientes de primeiro emprego e de renda mínima, qualificação da mão-de-obra e apoio às instituições de ciência e pesquisa poderá reverter o crescimento do desemprego no Brasil".

Dutra diz que pacote é "jogada de marketing pré-eleitoral"

"Esse pacote não passa de uma jogada de marketing pré-eleitoral", disse ontem o senador José Eduardo Dutra (PTSE), ao analisar o conjunto de medidas anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para combater o desemprego. Segundo Dutra, o governo objetiva apenas criar uma cortina de fumaça sobre o programa de Lula para a criação de empregos.

O parlamentar iniciou sua análise observando que as providências do governo se resumem até agora a uma medida provisória e a um conjunto de anúncios "que não têm nada a ver com geração de emprego". A começar pela mudança na estrutura sindical, ele disse que algumas das medidas anunciadas já são objeto de projetos de lei que tramitam no Poder Legislativo.

Referindo-se ao fim do imposto sindical, Dutra disse que um projeto sobre o assunto, originário da Câmara, recebeu parecer favorável da senadora Marina Silva (PT-AC) na Comissão de Assuntos Sociais, mas os parlamentares aliados do governo votaram contrariamente. Sobre o fim da unicidade sindical, ele disse ter um projeto sobre o assunto desde 1996. A matéria se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

aguardando ir a plenário.

Mas, conforme Dutra, esses dois projetos nada têm a ver com geração de emprego. Quanto ao propósito governamental de excluir da CLT dispositivos que traduzem interferência do Ministério do Trabalho, o senador disse que esses são artigos que não vigoram mais. No conjunto de medidas governamentais, foi anunciada a pena de advertência para ser aplicada antes da multa contra empresários. O senador indagou que "componente tem isso para gerar empregos no Brasil".

Sobre a demissão temporária, o parlamentar definiu a ideia como prova da "capacidade criativa" dos tecnocratas do governo. "O governo vai facilitar a demissão de quem está empregado. Essa demissão temporária é pior que a definitiva. O único efeito prático vai ser nas estatísticas", comentou.



Emília Fernandes

para criar a ideia de que algo está sendo feito para combater o desemprego. "Trata-se de mais um engodo do governo, desta vez de maior gravidade, por ser às vésperas das eleições", afirmou. "Aliás, não é de hoje que o governo tenta desmontar os instrumentos de organização dos trabalhadores, sem os quais eles passam a ser reféns indefesos do capital internacional e dos banqueiros."

A senadora citou trabalho do economista da Unicamp, Márcio Porch-



José Eduardo Dutra

Aprovada criação de mais juntas trabalhistas

Comissão acolheu pareceres favoráveis e pedidos de votação em regime de urgência pelo plenário de dois projetos de lei que ampliam a estrutura da Justiça do Trabalho no interior do estado de São Paulo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou ontem parecer do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) favorável ao projeto de lei da Câmara que cria 15 juntas de conciliação e julgamento na 15ª Região da Justiça do Trabalho, sediada em Campinas (SP). A comissão aprovou ainda pedido para votação em regime de urgência do projeto no plenário.

Proposto pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), o projeto cria cargos de juizes do trabalho, togados e vitalícios, e de juizes substitutos para a presidência das 15 juntas, bem como dois cargos de juizes classistas temporários, representantes de empregados e empregadores, para cada junta de conciliação. As juntas e os cargos serão distribuídos entre as cidades de Campinas, Ribeirão Preto, Caçapava, Capão Bonito, Itapira, Jaboticabal, Paulínia, Penápolis, Presidente Prudente, São Joaquim da Barra, São Sebastião, Sertãozinho, Sumaré, Tatuí e Teodoro Sampaio.

O projeto define as áreas de jurisdição das juntas, que abrangem dezenas de municípios paulistas, e cria no quadro de pessoal do Tribunal Regional da 15ª Região 36 funções comissionadas de assessor de juiz, 180 cargos efetivos de técnico e analista judiciário, além de 15 cargos comissionados

de diretor de secretaria de junta. Todos os cargos serão preenchidos por concurso público.

José Eduardo Dutra considerou o projeto constitucional, observando que se trata de matéria privativa dos tribunais e, nesse caso, do TST. De acordo com o senador, o tribunal alegou aumento do volume de processos na Justiça trabalhista do interior de São Paulo, o que, em sua opinião, "aponta para o esgotamento e colapso do modelo de resolução dos conflitos trabalhistas".

2ª REGIÃO

A CCJ também aprovou parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG), favorável ao projeto de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que prevê a criação de juntas de conciliação e julgamento na 2ª Região da Justiça do Trabalho, que tem sede em São Paulo. A matéria será enviada em regime de urgência para votação em plenário.

A proposição cria duas juntas nos municípios de Cotia e Mogi das Cruzes, com os respectivos cargos de juiz-presidente e de juiz classista. Também cria os cargos efetivos e as funções comissionadas necessárias para o funcionamento destas novas juntas. O projeto também define as áreas de jurisdição das juntas de conciliação e julgamento localizadas em 30 cidades pertencentes à 2ª Região.

Proposta muda organização judiciária do Distrito Federal

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, parecer do relator, senador Francisco Benjamin (PFL-BA), favorável ao projeto de lei da Câmara que prevê a criação de uma nova organização judiciária para o Distrito Federal. No total, deverão ser criadas 75 novas varas e extintas nove circunscrições judiciárias, passando o DF a contar com 184 varas.

Também foi aprovado requerimento para que a matéria seja encaminhada em regime de urgência para votação no plenário do Senado.

O projeto também prevê a ampliação do quadro da magistratura, que passaria dos atuais 259 para 380. O número de vagas de serviços auxiliares passaria de 2.983 para 5.399. Os cargos em comissão também seriam aumentados de 251 para 353.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) comentou que o Distrito Federal cresce muito e a reorganização do Poder Judiciário é fundamental para a população ter acesso aos seus serviços. Os senadores Leonel Paiva (PFL-DF) e José Fogaça (PMDB-RS) também defenderam o projeto.



Francisco Benjamin deu parecer favorável à proposta

As 17 juntas de conciliação e julgamento serão distribuídas entre as cidades de

Campinas	Presidente Prudente
Ribeirão Preto	São Joaquim da Barra
Caçapava	São Sebastião
Capão Bonito	Sertãozinho
Itapira	Sumaré
Jaboticabal	Tatuí, Cotia
Paulínia	Teodoro Sampaio
Penápolis	Mogi das Cruzes



José Eduardo eleito para o colapso do modelo de resolução dos conflitos trabalhistas

Projeto disciplina área de saneamento

Projeto que estabelece diretrizes para a prestação, regulação, fiscalização e concessão de serviços na área de saneamento — por parte da União, estados, Distrito Federal e municípios —, de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), atualmente ministro da Saúde, teve parecer favorável aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), ontem. O projeto será encaminhado com



O senador José Serra (licenciado) quer mais eficiência no setor

pedido de urgência para que seja votado no plenário.

De acordo com a justificativa de José Serra, o objetivo do projeto é disciplinar melhor a atuação das diversas esferas do governo nas ações de saneamento, para que "possam ser exercidas de forma mais eficiente". O projeto já teve parecer favorável na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-

PB). Posteriormente, retornou para exame de Serra, que o aperfeiçoou e apresentou um substitutivo, também já aprovado pela CAE.

Pelo substitutivo, os serviços públicos de saneamento básico compreendem abastecimento de água, incluindo captação, tratamento e distribuição, serviços de esgoto sanitário, coleta, transporte e reaproveitamento de lixo.

A prestação de serviços públicos de saneamento básico deverá, de acordo com o projeto, garantir atendimento essencial para toda a população, seguindo padrões que assegurem a salubridade ambiental.

Definida carreira de apoio no Ministério Público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ainda parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), favorável ao projeto de lei da Câmara que estabelece novas regras para a carreira de apoio técnico-administrativo do Ministério Público da União. Além disso, o projeto fixa níveis e limite máximo de remuneração e cria um programa de preparação e capacitação profissional.

Apesar de defender a aprovação do projeto, Alcântara pediu destaque para votação em separado do parágrafo único do artigo 5º da proposta, por julgá-lo inconstitucional. O parágrafo fa-

cultava a lotação definitiva no quadro de pessoal do respectivo órgão do Ministério Público aos servidores públicos federais efetivos da administração direta e indireta colocados à disposição até o dia 23 de abril de 1993.

O projeto gerou muita discussão, apesar de seu mérito ser consenso. Alguns senadores queriam que o texto fosse aprovado sem a supressão do parágrafo, para que a matéria não tivesse de voltar à Câmara dos Deputados. José Eduardo Dutra (PT-SE) propôs aprovação integral, mas com uma recomendação expressa para que o presidente da República vetasse o parágrafo único

do artigo 5º. Ramez Tebet (PMDB-MS) opinou que não havia necessidade de recomendação. "Esse pessoal já está trabalhando, são apenas uns 600 e poucos funcionários que não têm culpa se neste período não foi aberto concurso público", argumentou.

Leonel Paiva (PFL-DF), Epitácio Cafeteira (PPB-MA) e José Fogaça (PMDB-RS) defenderam uma solução negociada. Jefferson Péres (PSDB-AM) disse que não concordava em votar a favor, a menos que o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), garantisse que o parágrafo seria vetado pelo presidente. Ao final da discussão, a supressão do parágrafo foi aprovada pela maioria dos senadores.

Projeto causou polêmica devido a um parágrafo considerado inconstitucional

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO
HOJE

- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
1h - Debate com o deputado Carlos Apolinário e senhor Rogério Trindade do Nascimento, diretor do Sindicato dos Policiais Civis do DF, a respeito do projeto de lei de autoria do deputado que obriga uma avaliação psicológica periódica para policiais civis e militares
2h - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Dráuzio Varella entrevista o médico pediatra Fernando Gayotto sobre as doenças infantis
3h - "Espaço Cultural" - Dança flamenga
4h - Entrevista com o senador Gilvam Borges
5h - Debate com o deputado Carlos Apolinário e senhor Rogério Trindade do Nascimento, diretor do Sindicato dos Policiais Civis do DF, a respeito do projeto de lei de autoria do deputado que obriga uma avaliação psicológica periódica para policiais civis e militares
6h - Telejornal "Congresso Hoje"
6h30 - Entrevista com o senador Gilvam Borges
7h - "Saúde Todo o Dia" - o programa trata da importância da atividade física para a saúde
7h30 - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Dráuzio Varella entrevista o médico pediatra Fernando Gayotto sobre as doenças infantis
8h30 - Debate com o deputado Carlos Apolinário e senhor Rogério Trindade do Nascimento, diretor do Sindicato dos Policiais Civis do DF, a respeito do projeto de lei de autoria do deputado que obriga uma avaliação psicológica periódica para policiais civis e militares
9h30 - Entrevista com o senador Gilvam Borges
10h - Sessão plenária do Senado Federal
12h30 - Entrevista com o senador Gilvam Borges
14h30 - Sessão plenária do Senado Federal (reapresentação)
18h30 - Entrevista com o senador Gilvam Borges
19h30 - Debate com o deputado Carlos

Apolinário e senhor Rogério Trindade do Nascimento, diretor do Sindicato dos Policiais Civis do DF, a respeito do projeto de lei de autoria do deputado que obriga uma avaliação psicológica periódica para policiais civis e militares
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
21h - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Dráuzio Varella entrevista o ginecologista Nilo Bazzini sobre o tratamento de miosomas uterinos
22h - Sessão plenária (reapresentação)
23h - Debate com o deputado Carlos Apolinário e senhor Rogério Trindade do Nascimento, diretor do Sindicato dos Policiais Civis do DF, a respeito do projeto de lei de autoria do deputado que obriga uma avaliação psicológica periódica para policiais civis e militares
0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
1h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado Marcelo Deda (PT-SE)
2h - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Dráuzio Varella entrevista o ginecologista Nilo Bazzini sobre o tratamento de miosomas uterinos
4h - Entrevista com o sr. Ovidio Antônio de Angelis, secretário especial de Políticas Regionais, sobre as ações governamentais referentes à seca no Nordeste
5h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado Marcelo Deda (PT-SE)
6h - Telejornal "Congresso Hoje"
6h30 - Entrevista com o sr. Ovidio Antônio de Angelis, secretário especial de Políticas Regionais, sobre as ações governamentais referentes à seca no Nordeste
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO
HOJE

- 7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)
8h45 - "Plenário em Revista"
9h - Sessão plenária
13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, CamStream
 - LBN DRD ComStream
 - 50 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0FD 1,17,1,7



TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Formeçador: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

- Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo
- NET BsB - canal 7
 - SKYNET - canal 30
 - DirectTV - canal 163

Hugo Napoleão denuncia irregularidades no Piauí

Senador relata desvio, pelo governo do estado, de mercadorias apreendidas por contrabando, que deveriam ser entregues à Receita Federal

Com base em matéria publicada pelo jornal *O Globo*, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) denunciou ontem em plenário que o secretário de Fazenda do Piauí e irmão do governador Francisco de Assis Moraes e Sousa apreendeu mercadorias contrabandeadas e, em vez de encaminhá-las à Secretaria da Receita Federal, distribuiu-as à população.

Conforme Hugo Napoleão, a mercadoria foi colocada em caminhões da Secretaria de Serviço Social do estado, quando deveria ter sido leiloadada pela Receita Federal em benefício do programa Comunidade Solidária. Em razão desse gesto do irmão do governador, contou, a população carente dos municípios piauienses recebeu caixas de relógios, rádios e outros eletrodomésticos, ilegalmente importados.

Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) disse que o relato de Napoleão dizia respeito ao sistema político eleitoral de todo o Brasil. Elói Portela (PPB-PI) lastimou que o Piauí tenha que se submeter a essas humilhações. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que os senadores que votaram pela reeleição não esperavam que "o feitiço se virasse contra o feiteiro".

José Eduardo Dutra (PT-SE) recordou que, na discussão da reeleição, a oposição alertara o plenário para os riscos da mudança. Djalma Bessa (PFL-BA) considerou impossível que o povo piauiense reconduza o governador ao posto. Emilia Fernandes (PDT-RS) lamentou que o partido de Napoleão não tenha ouvido os alertas sobre os riscos que o país correria com a reeleição. De-



Manifestação de Hugo Napoleão propiciou aportes de vários senadores

pois de o senador Lucídio Portella (PPB-PI) solidarizar-se com Hugo Napoleão, Marina Silva (PT-AC) disse que, no Brasil, a reeleição atrapalha e empobrece a democracia.

ACM recebe ministro das Comunicações

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que lhe pediu empenho para que o Congresso aprecie a adesão do país ao tratado da União Internacional de Telecomunicações (UIT) a tempo de permitir que um brasileiro possa ser eleito vice-presidente da organização. O

senador prometeu "fazer todos os esforços para que a matéria seja votada esta semana", revelou o ministro à saída do encontro, que também teve a presença do diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro.

Uma referência do senador Antonio Carlos ao ministro, enquanto a imprensa registrava o início do encontro, provocou muitas especulações entre os jornalistas. Bem-humorado, o presidente do Congresso referiu-se a Mendonça de Barros como "o ministro da seca". Terminada a audiência, Antonio Carlos fez questão de acompanhar os visitantes até a saída de seu gabinete e deu aos repórteres a oportunidade de esclarecer o assunto. O senador disse que não estava revelando qualquer decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de trocar Mendonça de Barros de lugar.

- Apenas me referi ao que li na



Antonio Carlos Magalhães recebe o ministro Mendonça de Barros, na chegada ao Senado

imprensa e aplaudi a idéia - destacou.

O ministro das Comunicações também fez questão de negar qualquer definição do presidente da República quanto a seu eventual aproveitamento em outro posto, caso Fernando Henrique seja reeleito em outubro próximo.

Antonio Carlos Magalhães, por sua vez, manifestou-se favorável à criação de um "ministério de projetos especiais" com três ou quatro grandes tarefas, ao invés de uma pasta específica para a seca.

Patrocínio alerta para expansão da Aids

Ao apresentar os resultados da 12ª Conferência Mundial de Aids, realizada em Genebra, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) alertou que o Brasil é o quarto país em número de casos, atrás apenas dos Estados Unidos, Quênia e França. "Estimase que 600 mil brasileiros estejam contaminados pelo HIV", destacou.

O senador considerou a melhor notícia da conferência o anúncio de cinco novos medicamentos cuja ação conjunta pode reduzir a mortalidade de imediato de 30% a 40%.



Carlos Patrocínio

Marina destaca luta das mulheres da floresta

Um marco na luta das mulheres da floresta, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama) poderá desenvolver uma ação mais global com a formulação de políticas que integrem a preservação do ambiente à justiça e igualdade de gênero.

A avaliação foi feita pela senadora Marina Silva (PT-AC), que informou sobre a reunião do Mاما com parlamentares e representantes de entidades ligadas às questões femininas, realizada ontem na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.



Marina Silva

Malan e ACM apóiam proposta de renda mínima

Ao encerrar com ministro da Fazenda encontro que debateu a questão, presidente do Senado Federal elogia empenho do senador Eduardo Suplicy e afirma que "o tema vem se tornando uma unanimidade nacional"

A solenidade de encerramento da "Conferência Internacional: Renda Mínima - Discussões e Experiências", realizada ontem à noite no plenário do Senado, contou com as presenças do ministro da Fazenda, Pedro Malan, do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e do coordenador do evento, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na conferência, por dois dias, autoridades e estudiosos brasileiros e estrangeiros discutiram os erros e acertos dos diversos programas de renda mínima e de bolsa-escola implantados no Brasil e em outros países.

O ministro Pedro Malan disse que sempre apoiou a idéia e que é uma parte de tempo discutir a paternidade do projeto de renda mínima. Ele acrescentou que o mérito do programa é de todos que batalharam pela idéia e acreditaram que era possível implementá-la, e que o se-

namor Eduardo Suplicy conta com seu apoio pessoal.

Suplicy lembrou-se de quando conheceu o ministro, ao assistir uma palestra "do então jovem economista Pedro Malan", quando fazia a defesa do retorno da democracia como pré-requisito para uma melhor distribuição de renda. Emocionado, o senador disse que é a hora de apressar a implantação de um projeto de renda mínima no Brasil.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou que o apoio recebido pela conferência era consequência da obstinação do senador Suplicy. "Ele é difícil. Quando põe uma idéia na cabeça, vai a todo lugar e insiste. É um mercador ambulante. Até no Congresso americano ele conseguiu penetrar e defender suas idéias", lembrou. "Ainda bem que o tema vem se tornando uma unanimidade nacional", afirmou ACM.



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, entre o ministro Pedro Malan e Suplicy, durante o encerramento da conferência internacional

Suassuna quer aperfeiçoar projeto do governo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou ontem que vai apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) parecer favorável ao projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que altera os critérios de cálculo e de repasses do governo federal aos municípios para os programas de

renda mínima. O anúncio foi feito durante a conferência internacional sobre o assunto.

Suassuna afirmou ser um admirador dos esforços de Suplicy em buscar a adoção da renda mínima no país. Por acreditar na eficiência da iniciativa, o senador da Paraíba também apresentou projeto de ren-

da mínima associada à educação.

— Espero que a renda mínima seja uma idéia vitoriosa no Brasil — disse Suassuna.

O projeto de Suplicy altera a lei sancionada pelo presidente da República recentemente, corrigindo distorções no cálculo do benefício pago às famílias.

Antídoto contra o desemprego

Programas de renda mínima como o Bolsa-Escola, adotado pelo governo do Distrito Federal, contribuem para reduzir o desemprego, afirmou na conferência o professor Márcio Pochmann, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Segundo o professor, iniciativas do tipo tiram do mercado de trabalho crianças e pessoas já aposentadas. Ele informou que há no Brasil 2,9 milhões de trabalhadores com menos de 14 anos de idade. Há outros 5,1 milhões de aposentados que, sem

uma remuneração previdenciária satisfatória, continuam a trabalhar. Essas pessoas acabam fazendo uma pressão extra sobre o mercado de trabalho.

Outro conferencista, o diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Sérgio Mendonça, lembrou que há duas décadas não são gerados empregos suficientes para as pessoas que procuram o mercado de trabalho, principalmente mulheres e jovens.

Arruda aponta distorções no DF



Arruda: problemas no Bolsa-Escola

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) criticou o programa Bolsa-Escola, do governo do Distrito Federal. Segundo ele, estudantes da UnB constataram que muitas mães prefeririam receber o benefício

em forma de cesta básica e material escolar porque os maridos recebem o dinheiro e nem sempre dão a ele a destinação necessária. Arruda também criticou os gastos do governo do DF com a publicidade do programa.

Suplicy cobra fonte permanente

"O desafio do programa de renda mínima é encontrar uma fonte permanente e crescente de recursos para custá-lo", afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Preocupado com o

assunto desde 91 e autor de projeto de lei, em tramitação na Câmara, que cria um imposto de renda negativo, ele lembrou que sempre teve dificuldade em convencer os ministros da área econômica a dar a devida prioridade ao programa.



Suplicy: preocupação com custeio

Técnicos mostram que programa dá resultado e não custa muito

O consultor da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) Júlio Jacobo e a técnica Lena Lavinas, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), elogiaram os resultados do programa Bolsa-Escola, criado pelo governo do Distrito Federal em 1995, e demonstraram que, considerando os seus efeitos sociais, a adoção de programas semelhantes custa relativamente pouco.

Jacobo, autor de estudo sobre o programa de Brasília, ressaltou a melhora no rendimento escolar dos estudantes atendidos pelo Bolsa-Escola. Segundo ele, os alunos de nível sócio-econômico mais baixo, alvo do programa, só passaram a ter aproveitamento equiparado à média da população depois de receberem o benefício. "O programa difundiu a cultura escolar e o gosto pelos estu-

dos em famílias que estavam afastadas da escola", afirmou. "O programa de Brasília é o nosso cartão de visitas", completou a representante do Ipea, que mostrou que a adoção de programas de renda mínima não é tão cara como alguns imaginam.

Ela destacou a situação fiscal do

Distrito Federal, que compromete apenas 0,7% de seu orçamento com o programa Bolsa-Escola, beneficiando mais de 22,5 milhões de famílias no DF.

Para Lena Lavinas, os municí-

pios devem ser os executores dessa política social. Porém, observou, os orçamentos da maioria dos municípios do país, principalmente em regiões como o Nordeste, não permite que esse tipo de política seja implantada. Segundo a técnica, em uma cidade como Serraria, na Paraíba, onde 57% das famílias do município têm renda inferior a R\$ 60 per capita, mais da metade da receita seria comprometida com um repasse de apenas R\$ 15 para cada família. Como solução, ela sugere maior envolvimento do governo federal.

Para universalizar uma complementação de R\$ 15 na renda de famílias consideradas pobres, ela calcula que o governo utilizaria somente 0,7% do orçamento federal — ou seja, haveria um aumento de apenas 0,22% no déficit público.

▼ Em 1991, 45% dos brasileiros viviam em estado de pobreza.

▼ Em 1997, esse percentual tinha caído para 35%.

▼ No mesmo ano, os índices de pobreza encontrados na Argentina e no Uruguai eram de menos de 15%.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal)